

Destques

- O pessoal docente da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário perfazia em 2016/2017, em Portugal, um total de 145 549 docentes. Este número mostra um decréscimo de 30 370 docentes, relativamente a 2007/2008, mais significativo no ensino público (-18,5%) do que no ensino privado (-8,8%).
- A percentagem de mulheres na docência é muito superior à dos homens, representando na educação pré-escolar 99,1%, no 1º CEB 86,9%, no 2º CEB 72,2%, no 3º CEB e secundário 71,8% e nas escolas profissionais 56,6%. No ensino superior, a percentagem de mulheres na docência é de 44,3%.
- Em 2016/2017, no ensino público, 38,5% dos docentes da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário tinham entre 50 e 59 anos e 8,3% excediam essa idade. Os docentes com menos de 30 anos representavam 0,4%. No ensino privado, 18,8% dos docentes tinham 50 e mais anos e com menos de 30 anos eram 6,2%.
- No caso da educação pré-escolar, em 2016/2017, no Continente, 74,2% dos educadores de infância do ensino público tinham 50 e mais anos de idade. As regiões autónomas apresentam percentagens menos elevadas, 47,3% na RAA e 37,3% na RAM.
- Nos dados disponíveis em 2016, relativos à CITE 1, Portugal surge como um dos países da UE28 com percentagens mais baixas de docentes com menos de 30 anos, só ultrapassado pela Itália com 0,6%. Entre 2006 e 2016, a Alemanha, Áustria, Reino Unido e Suécia foram os únicos países em que houve um aumento da percentagem de docentes daquela faixa etária.
- Em Portugal, na educação pré-escolar (CITE 0), o número de horas de ensino anual (935) era inferior quer à média da OCDE (1044) quer à média da UE22 (1093), em 2017. Nos 1º e 2º CEB (CITE 1), Portugal (779) situava-se acima da média da UE22 (762) e abaixo da média da OCDE (784). Com 616 horas nas CITE 2 e 3, Portugal coloca-se abaixo da média da OCDE (703 na CITE 2 e 657 na CITE 3) e da UE22 (668 na CITE 2 e 635 na CITE 3).
- Em 2016/2017 exerciam funções em estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário 82 882 profissionais não docentes, dos quais 86,3% eram mulheres. A maioria estava no ensino público (69,9%). Quando comparado com o ano letivo de 2007/2008, o número de pessoal não docente é ligeiramente inferior em 2016/2017 (-288) no Continente. Esta diminuição deve-se ao ensino privado, uma vez que o ensino público apresenta um aumento de 1266 profissionais, embora decresça relativamente ao ano letivo anterior.
- O número total de docentes do ensino superior em 2016/2017 aumentou por referência ao ano letivo anterior (+580 docentes), embora apresente um número inferior ao de 2007/2008.
- Em 2016/2017 os docentes com grau de doutor representavam 70,9% dos docentes no ensino superior universitário e 41,6% no ensino superior politécnico.
- Os docentes com idade igual e superior a 40 anos constituíam 75,9% do total dos docentes do ensino superior, em 2016/2017.
- Os dados disponíveis para 2006 e 2016 revelam uma diminuição da percentagem de docentes com menos de 30 anos na maioria dos países da UE28, nas CITE 5-8, com exceção da Alemanha (+8,2 pp) e da Itália (+0,2 pp).
- Em 2017, com referência ao ano anterior, o total da despesa com a educação pré-escolar mantém-se inalterado, mas verifica-se um decréscimo de 4,6% na rede pública e um acréscimo de 0,8% na rede particular e cooperativa.
- Nos ensinos básico e secundário a despesa de 2017 representa um acréscimo de 116,8 milhões de euros em comparação com 2012 (ano com a despesa mais baixa da década analisada). Contudo, ainda distante da despesa registada em 2010 (-126,8 milhões de euros).
- No ensino particular e cooperativo ressalta em 2017 o menor valor de despesa da década com contratos de associação e o maior com contratos simples.
- Verifica-se um decréscimo gradual da despesa com o ensino profissional público e privado desde 2013.
- A despesa com a educação especial assinala em 2017 o valor mais alto da década, associado a um aumento, entre 2008 e 2017, de 54,9 milhões de euros.
- Na educação e formação de adultos a despesa diminuiu de 3,1% em 2017 relativamente a 2016 e aumentou 56,4% por referência ao ano de 2008.
- A despesa com complementos educativos registou em 2017 o valor mais baixo da década em análise.
- Aumento gradual da despesa com administração e serviços tutelados desde 2012.
- O valor da despesa com a ação social escolar (ASE) no ensino público em 2017 diminuiu 1,8% (4,7 milhões de euros) relativamente ao ano anterior. Pelo contrário, no ensino privado regista-se um aumento de 12,9% (0,4 milhões de euros).
- As fontes de financiamento no ensino superior distribuem-se por: 58,4% de receitas gerais, 23,5% de receitas próprias, 14,6% de fundos europeus e 3,6% de transferências no âmbito das administrações públicas. Destacam-se as receitas próprias com o valor mais alto da série em 2017.

- Em 2017 há um aumento de 5,2% no valor da despesa em investigação que corresponde a mais 24,9 milhões de euros relativamente ao ano anterior.
- No que concerne às propinas, os valores da receita situam-se sempre acima dos 300 milhões de euros desde 2012 e apresentam o valor máximo da série em 2017.
- Na ação social direta há um predomínio dos fundos europeus desde 2011, enquanto na ação social indireta predominam, na série de dados, as outras fontes de financiamento.
- A análise dos dados internacionais situa Portugal no quadrante dos países que combinam uma alta percentagem de estudantes que pagam propinas e uma baixa percentagem que recebem bolsas.
- Os cursos profissionais (Eixo 1), as bolsas de ensino superior para alunos carenciados (Eixo 2), os cursos de aprendizagem (Eixo 3) e a qualidade e promoção do sucesso escolar (Eixo 4) são as tipologias com maior apoio financeiro do POCH.
- A gratuidade dos manuais escolares começa por abranger o 1º ano de escolaridade em 2016/2017, sendo sucessivamente alargada ao 1º e ao 2º ciclo do ensino básico público nos anos seguintes.
- O número global de computadores disponíveis no sistema regista uma quebra de 31% relativamente a 2014/2015, mais evidente nos 2º e 3º ciclos do ensino básico público, ao mesmo tempo que a percentagem de computadores com ligação à internet sobe 4 pp, sendo de 88%, em 2016/2017.
- A percentagem de computadores em uso há mais de três anos (76,5% em 2017) situa-se 20 pp acima da registada em 2015.
- Aumento global do número médio de alunos por computador nos últimos três anos, quer no sector público, quer no sector privado. Em 2016/2017, os mais elevados encontram-se no 1º ciclo do sector público (6,5) e no 2º ciclo do sector privado (6,3). O ensino secundário regista um número médio mais baixo e praticamente equivalente nos dois sectores: 3,6 no público e 3,4 no privado.
- Criação de pelo menos 40 Salas do Futuro, em 26 agrupamentos e escolas não agrupadas do ensino básico e secundário do Continente, desde 2014.
- Aumento do número de bibliotecas criadas nos dois últimos anos, totalizando 2461 unidades em 2017, a maior parte das quais em estabelecimentos da rede pública (2427).
- Diminuição do número de computadores afetos às bibliotecas, apesar do aumento do número de bibliotecas registado nos últimos dois anos.
- Lançamento de um novo ciclo do Plano Nacional de Leitura (PNL 2027) que pretende apostar no reforço da articulação entre as áreas das autarquias locais, da cultura, da ciência, tecnologia e ensino superior e da educação.
- Em três anos de existência, o Plano Nacional do Cinema triplicou o número de escolas envolvidas e quadruplicou o número de alunos, abrangendo 209 escolas e 46 781 alunos em 2016/2017.
- A abrangência das ações do Programa de Educação Estética e Artística (PEEA) destinadas a promover o gosto pela arte e a criar hábitos culturais passou de 24 escolas em 2010/2011 para 144 em 2016/2017.